

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

Henrique Correia

1.	Direito do trabalho	69
2.	FONTES DO DIREITO DO TRABALHO	75
3.	Princípios do Direito do Trabalho	77
4.	INTERPRETAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	81
5.	INTEGRAÇÃO	84
6.	APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	86
7.	Eficácia das normas trabalhistas	86
8.	FLEXIBILIZAÇÃO e desregulamentação	88
9.	Renúncia e Transação	89
10.	Sujeitos do Contrato de Trabalho	92
10.1.	Empregado	92
10.2.	Requisitos da relação de emprego (art. 3º da CLT)	92
10.3.	Mutações (dimensões) da subordinação	93
10.4.	Elementos não essenciais da relação de emprego	94
10.5.	Trabalho em domicílio e teletrabalho	94
10.5.1.	Nova regulamentação do teletrabalho dada pela Lei nº 14.442/2022 (fruto da conversão em lei da MP nº 1.108, de 25 de março de 2022)	95
10.6.	Fraudes para descaracterizar a relação de emprego (zonas cinzentas)	97
10.7.	Carteira de Trabalho e Previdência Social	97
10.8.	Registro de empregados	99
10.9.	Empregado rural (Lei nº 5.889/73)	100
10.9.1.	Peculiaridades dos Empregados Rurais	100
10.9.2.	Contrato Temporário Rural (art. 14-A da Lei nº 5.889/73)	102
10.10.	Trabalho doméstico	102
11.	Empregado público	109
12.	Altos empregados	113
13.	Contratos de trabalho especiais	115
13.1.	Bancário	115
13.2.	Bombeiro civil	116
13.3.	Motorista profissional	117
13.4.	Atleta profissional	118
13.5.	Artista	120

13.6.	Jornalista.....	120
13.7.	Professor.....	121
13.8.	Aeronauta.....	122
13.9.	Aeroviário.....	123
13.10.	Serviços em frigoríficos.....	124
13.11.	Trabalho em minas de subsolo.....	124
13.12.	Árbitros.....	124
13.13.	Trabalho aquaviário.....	124
13.14.	Trabalho do preso.....	125
13.5.	Trabalhadores em cartórios.....	126
14.	Discriminação do trabalhador.....	127
15.	Empregador.....	136
15.1.	Grupo econômico.....	137
15.1.1.	Responsabilidade solidária e subsidiária.....	138
15.2.	Consórcio de empregadores.....	138
15.3.	Cadeias produtivas e proteção ao trabalho.....	139
15.4.	Sucessão de Empregadores.....	140
15.5.	Sócio retirante.....	143
15.6.	Poderes do Empregador.....	144
15.7.	Responsabilidade civil do empregador.....	151
15.8.	Digitalização da sociedade.....	152
16.	Relações de Trabalho Lato Sensu	153
16.1.	Trabalhador autônomo.....	153
16.1.1.	Profissionais liberais.....	154
16.2.	Trabalhador eventual.....	154
16.3.	Trabalhador voluntário.....	154
16.4.	Trabalhador avulso.....	155
16.4.1.	Trabalhador avulso portuário.....	155
16.4.2.	Trabalhador avulso não portuário (Lei nº 12.023/2009).....	156
16.5.	Cooperado.....	156
16.6.	Estágio.....	157
16.7.	Representante comercial.....	159
16.8.	Trabalho do índio.....	160
16.9.	Trabalho contratado por equipe.....	160
16.10.	Corretor de imóveis.....	160
16.11.	Transportador autônomo de cargas.....	161
17.	Trabalho infantil.....	161
18.	Proteção do trabalho do adolescente.....	167
18.1.	Das Férias do Empregado Adolescente.....	168
18.2.	Dos direitos de profissionalização e à proteção de grupos vulneráveis.....	169
18.3.	Trabalho educativo.....	169
18.4.	Aprendiz.....	169

19.	Proteção do trabalho da Mulher.....	174
19.1.	Licença-maternidade.....	176
19.1.1.	Data de início da licença-maternidade (ADI Nº 6327/DF).....	178
19.2.	Estabilidade da gestante.....	179
19.3.	Meio ambiente de trabalho.....	181
19.4.	Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022).....	182
19.4.1.	Do apoio à parentalidade na primeira infância.....	183
19.4.2.	Do apoio à parentalidade por meio da flexibilização do regime de trabalho.....	183
19.5.	Mãe social (Lei nº 7.644/1987).....	184
20.	Terceirização.....	186
20.1.	Generalidades.....	186
20.2.	Terceirização das atividades-fim da empresa.....	188
20.2.1.	Terceirização na Súmula nº 331 do TST.....	188
20.2.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	188
20.2.3.	Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017.....	189
20.3.	Quarteirização.....	189
20.4.	Requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros.....	190
20.5.	Requisitos do contrato de terceirização.....	190
20.6.	Responsabilidade da tomadora.....	191
20.7.	Direitos dos terceirizados.....	191
20.8.	Condições de trabalho.....	192
20.8.1.	Súmula nº 331 do TST.....	192
20.8.2.	Lei nº 13.429/2017.....	192
20.8.3.	Regulamentação pela Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista).....	192
20.9.	Salário equivalente.....	193
20.9.1.	Súmula nº 331 do TST.....	193
20.9.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017.....	194
20.9.3.	Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017.....	194
20.9.4.	Tema 383 de Repercussão Geral do STF.....	194
20.10.	Quarentena e Reforma Trabalhista.....	195
20.10.1.	Súmula nº 331 do TST.....	195
20.10.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	195
20.10.3.	Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017.....	195
20.11.	Período de quarentena do empregado terceirizado.....	195
20.11.1.	Súmula nº 331 do TST.....	196
20.11.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	196
20.11.3.	Quarentena na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).....	196
20.12.	Inaplicabilidade da legislação às empresas de vigilância e transporte de valores.....	196
20.13.	Terceirização e a Administração Pública.....	196
20.14.	Dono da obra.....	199

20.15.	Trabalho temporário.....	200
21.	Contrato de Trabalho e Relação de Trabalho	202
21.1.	Relação de trabalho x Relação de emprego.....	202
21.2.	Contrato de trabalho	203
21.3.	Características do contrato de trabalho	206
21.4.	Elementos do contrato de trabalho	206
21.5.	Efeitos do contrato de trabalho	207
21.5.1.	Dano material e moral	209
21.5.2.	Direito à desconexão.....	211
21.6.	Regulamento de empresa	212
21.7.	Classificação dos contratos de trabalho	212
21.8.1.	Contrato por prazo determinado – Lei nº 9.601/98	214
21.9.	Contrato para prestação de trabalho intermitente	215
21.10.	Vícios e defeitos do contrato de trabalho (nulidades do contrato de trabalho).	216
21.11.	Vícios de consentimento e fraudes na relação de emprego	217
21.12.	Coleta, mineração, tratamento e processamento de dados.	219
21.13.	Alteração do Contrato Individual de Trabalho	220
21.14.	Transferência de local de trabalho.....	223
21.15.	Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.....	224
22.	Duração do trabalho e jornada de Trabalho	226
22.1.	Limite de tolerância	229
22.2.	Empregados não submetidos à limitação de jornada.....	230
22.3.	Regime por tempo parcial.....	231
22.4.	Turnos ininterruptos de revezamento.....	232
22.5.	Horas <i>In Itinere</i>	233
22.6.	Trabalho noturno.....	233
22.7.	Trabalho extraordinário.....	234
22.8.	Compensação	235
22.9.	Jornadas especiais.....	236
22.10.	Períodos de descanso.....	237
22.10.1.	Intervalos.....	237
22.10.2.	Intervalo interjornada	240
22.10.3.	Descanso semanal remunerado (DSR).....	241
22.11.	Férias.....	242
22.11.1.	Direitos às férias e sua duração	242
22.11.2.	Concessão e época das férias.....	242
22.11.3.	Remuneração das férias	243
22.11.4.	Abono pecuniário de férias.....	244
22.11.5.	Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais.....	244
22.11.6.	Férias coletivas.....	245
23.	Salário e Remuneração	246
23.1.	Salário mínimo.....	246

23.2.	Modalidades de salário (classificação)	247
23.3.	Parcelas Salariais (composição do salário)	249
23.4.	Gratificações	251
23.5.	Décimo terceiro salário	251
23.6.	Adicionais salariais.....	252
23.6.1.	Adicional de Hora Extraordinário.....	252
23.6.2.	Adicional noturno.....	252
23.6.3.	Adicional de transferência.....	253
23.6.4.	Adicional de periculosidade	253
23.6.5.	Adicional de insalubridade	256
23.6.6.	Adicional de penosidade	258
23.7.	Parcelas sem natureza salarial (indenizatórias).....	259
23.7.1.	Participação nos lucros e resultados – PLR.....	259
23.7.2.	Ajuda de custo.....	259
23.7.3.	Diárias para viagem	260
23.7.4.	Vale-transporte.....	260
23.7.5.	Auxílio-alimentação.....	260
23.7.6.	Prêmios.....	260
23.7.7.	Abonos	261
23.7.8.	Salário-família	261
23.7.9.	Salário-educação	262
23.7.10.	PIS/Pasep	262
23.8.	Salário-utilidade ou salário in natura	262
23.9.	Formas e meios de pagamento do salário.....	264
23.10.	Equiparação salarial	264
23.11.	Desvio e acúmulo de função	267
23.12.	Garantias de proteção ao salário.....	268
24.	Estabilidade.....	268
24.1.	Estabilidade por tempo de serviço.....	269
24.2.	Estabilidades provisórias.....	269
24.2.1.	Dirigente sindical.....	269
24.2.2.	Empregado representante da Cipa	270
24.2.3.	Empregado acidentado.....	271
24.2.4.	Empregado público	271
24.2.5.	Estabilidade da gestante e adotante (Lei nº 13.509/2017).....	272
24.2.6.	Estabilidade do representante dos empregados (Reforma Trabalhista)	272
24.2.7.	Compromissos públicos de manutenção de emprego	273
24.3.	Despedida e reintegração do empregado estável.....	273
24.4.	Renúncia à estabilidade provisória	274
24.5.	Teoria da nulidade da despedida arbitrária	274
25.	Fundo de garantia do tempo de Serviço – FGTS	275
25.1.	Hipóteses de saque dos depósitos.....	275

26.	Segurança e medicina do trabalho (meio ambiente de trabalho / Direito Ambiental do Trabalho)	278
26.1.	Deveres do empregador	281
26.2.	Deveres do empregado.....	282
26.3.	Ministério do Trabalho e Normas Regulamentadoras sobre segurança e saúde do trabalho.....	282
26.4.	Interdição ou embargo e inspeção prévia	283
26.5.	Acidente de trabalho.....	283
26.6.	CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio	287
26.7.	Da competência para apreciar e julgar questões ligadas ao ambiente de trabalho.....	287
26.8.	Trabalho escravo contemporâneo.....	288
26.9.	Tráfico de pessoas.....	292
26.10.	Trabalho de pessoas migrantes e refugiadas.....	292
27.	Aviso-prévio	293
28.	Término do Contrato de Trabalho.....	295
28.1.	Dispensa sem justa causa ou arbitrária.....	295
28.2.	Motivação da dispensa e Convenção nº 158 da OIT	296
28.3.	Pedido de demissão.....	296
28.4.	Distrato (Reforma Trabalhista).....	297
28.5.	Justa causa: dispensa por justa causa, rescisão indireta e culpa recíproca.....	297
28.6.	Demais hipóteses de término do contrato de trabalho.....	299
28.6.1.	Término do contrato por prazo determinado	299
28.6.2.	Força maior	301
28.6.3.	Morte do empregador	302
28.6.4.	Morte do empregador pessoa física (extinção do estabelecimento).....	302
28.6.5.	Morte do empresário individual	302
28.6.6.	Aposentadoria	302
28.6.7.	Fato do príncipe ou factum principis (paralisação temporária ou definitiva do trabalho).....	303
28.7.	Dispensa coletiva.....	303
28.8.	Seguro-desemprego.....	304
28.9.	Homologação das verbas trabalhistas e obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho	304
28.10.	Quitação anual das obrigações trabalhistas.....	307
28.11.	Estado de calamidade e legislação de exceção.....	307
28.11.1.	Lei nº 14.020/2020 e MP 1.045/2021, rejeitada.....	307
28.11.2.	Lei nº 14.437/2022 (fruto da conversão da MP nº 1.109/2022).....	310
29.	Prescrição e Decadência	310
30.	Supremo Tribunal Federal e o Direito do Trabalho	313
31.	Convenções, Recomendações e Resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	316

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

Henrique Correia

1.	Direito coletivo.....	328
1.1.	Sistemas sindicais	331
1.2.	Princípios específicos	332
1.3.	Organização sindical brasileira	336
1.3.1.	Entidades sindicais	337
1.3.2.	Cláusulas e condutas antissindicais	342
1.3.3.	Organização interna dos sindicatos.....	344
1.3.4.	Custeio das entidades sindicais.....	345
1.3.5.	Entidades sindicais de grau superior.....	348
1.3.6.	Centrais sindicais	348
2.	Negociação coletiva (acordos e convenções coletivas de trabalho).....	349
2.1.	Limites e possibilidade de negociação coletiva no setor público.	350
2.2.	Valorização do negociado	351
2.3.	Vigência dos instrumentos coletivos.....	354
2.4.	Dispensa coletiva e proteção social	355
2.5.	Convenções da OIT.....	356
3.	Conflitos coletivos de trabalho	357
3.1.	Poder normativo da Justiça do Trabalho.....	359
3.2.	Comissão de conciliação prévia.....	360
4.	Greve.....	362
4.1.	Greve em serviços essenciais.....	366
5.	Da Representação dos Empregados (Reforma Trabalhista).....	368
6.	Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista..	370

DIREITO ADMINISTRATIVO

Leandro Bortoleto

1.	Direito Administrativo: conceito, fontes e sistemas administrativos. Princípios implícitos e explícitos da Administração Pública, no plano legal e constitucional	375
2.	Ato administrativo: conceito, classificação, requisitos, atributos, extinção e convalidação. Vinculação e discricionariedade. O mérito do ato administrativo. Vícios do ato administrativo. Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes. Teoria dos motivos determinantes. Controle interno e externo dos atos administrativos.....	378
3.	Organização administrativa. Concentração e desconcentração. Centralização e Descentralização. Administração Direta e Indireta. Autarquia. Sociedade de economia mista. Empresa pública. Fundação pública. Agências reguladoras e executivas. Outros entes vinculados ao Estado.	392
4.	Poderes da Administração: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Uso e abuso de poder.	403

5.	Licitações. Fundamento constitucional. Legislação aplicável. Conceito, finalidades, princípios e modalidades. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Anulação e revogação. Pregão e consulta. Registro de preços.	407
6.	Contratos administrativos. Legislação aplicável. Conceito e características. Inexecução. Extinção.	418
7.	Responsabilidade civil do Estado. Evolução histórica no Brasil. Teorias. Responsabilidade por ação e por omissão. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidade por ato do servidor e por ato judicial. Ação regressiva.	425
8.	Bens públicos: conceito, classificação e características. Afetação e desafetação. Uso de bens públicos por particulares.	429
9.	Agentes públicos. Normas constitucionais. Servidor público e empregado público. Cargo, emprego e função pública. Direito de sindicalização e direito de greve do servidor público. Regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/1990). Processo administrativo disciplinar.	431
10.	Improbidade Administrativa.	451
11.	Inquérito civil público: natureza, objeto, instauração e conclusão. Ajustamento de conduta.	459
12.	Serviço público: conceito, princípios, características, classificação e garantias. Prestação direta e indireta de serviços públicos.	460
13.	Jurisprudência aplicável dos Tribunais Superiores.	468

DIREITO PENAL

Danilo da Cunha Sousa

1.	Introdução ao Direito Penal: conceito, características, funções e princípios básicos. Noções básicas de criminologia e política criminal.	472
2.	do crime.	474
2.1.	Teoria do tipo. O fato típico e seus elementos.	476
2.1.1.	Conduta.	476
2.1.2.	Relação de causalidade. Teorias. Imputação objetiva.	477
2.1.3.	Tipicidade.	479
2.2.	Da ilicitude e suas excludentes.	479
2.3.	Culpabilidade.	481
2.4.	Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível.	482
2.5.	Erro.	483
3.	DO CONCURSO DE PESSOAS.	484
3.1.	Da responsabilidade penal da pessoa jurídica.	485
4.	Considerações sobre pena.	486
5.	Crimes contra a pessoa.	488
5.1.	Crimes contra a honra.	488
5.2.	Crimes contra liberdade pessoal.	490
6.	Dos crimes contra o patrimônio.	494

7.	Crimes contra a propriedade INTELECTUAL.....	502
8.	Crimes contra a organização do trabalho	503
9.	Crimes contra a dignidade sexual	504
10.	Crimes de perigo comum.....	508
11.	Crimes contra a saúde pública.....	508
12.	Dos crimes contra a fé pública	510
13.	Crimes contra Administração pública	513
13.1.	Conceito de Funcionário Público (art. 327, CP).....	513
13.2.	Crimes contra Administração Pública praticados por funcionário público contra a Administração Pública em Geral	514
13.3.	Dos crimes praticados por particulares contra Administração em Geral.....	522
13.4.	Crimes contra Administração da Justiça	525
13.5.	Crimes em licitações e contratos administrativos.....	530
14.	Crimes de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019)	533
15.	Direito Penal do Trabalho: Condutas criminosas relativas à anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social. Retenção de salário: apropriação indébita e sonegação das contribuições previdenciárias. Relação de trabalho e legislação penal extravagante: Lei nº 7.716/1989, Lei nº 9.029/1995, Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Lei n. 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) e legislação conexa; Lei nº 12.984/2014. Lei n. 13.246/2015	537
15.1.	Condutas criminosas relativas à anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social. Retenção de salário: apropriação indébita e sonegação das contribuições previdenciárias.....	537
15.2.	Legislação penal extravagante: Lei nº 7.716/1989, Lei nº 9.029/1995, Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), Lei n. 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) e legislação conexa; Lei nº 12.984/2014; Lei n. 13146/2015.	538
16.	Jurisprudência aplicável dos Tribunais Superiores.....	540

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Élisson Miessa

1.	Princípios.....	546
1.1.	As garantias constitucionais do processo.....	546
1.1.1.	Devido processo legal.....	546
1.1.2.	Princípio do juiz natural	547
1.1.3.	Princípio do contraditório e da ampla defesa	547
1.1.4.	Princípio da motivação das decisões judiciais	547
1.1.5.	Princípio da publicidade.....	548
1.1.6.	Princípio do acesso à justiça (inafastabilidade da jurisdição).....	548
1.2.	Princípios do processo do trabalho.....	549
1.2.1.	Princípio da proteção.....	549
1.2.2.	Princípio da informalidade (instrumentalidade das formas).....	549
1.2.3.	Princípio da oralidade.....	549

1.2.4.	Princípio da simplicidade	549
1.2.5.	Princípio da celeridade (duração razoável do processo).....	549
1.2.6.	Princípio da conciliação	550
1.2.7.	Princípio da função social.....	550
1.3.	Aplicação dos princípios fundamentais do Processo Civil no Processo do Trabalho.....	550
1.4.	Fontes e integração.....	551
1.4.1.	Autonomia do direito processual do trabalho.....	551
1.4.2.	Interpretação.....	551
1.4.3.	Eficácia da norma processual no tempo e no espaço.....	552
1.4.3.1.	Eficácia temporal da Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista).....	552
2.	Organização da justiça do trabalho.....	555
2.1.	Evolução histórica.....	555
2.2.	Jurisdição	555
2.3.	Métodos extrajudiciais de composição de conflitos trabalhistas	555
2.3.1.	Mediação e conciliação	555
2.3.2.	Arbitragem.....	556
2.4.	Órgãos da Justiça do Trabalho	556
2.4.1.	Composição do TST.....	556
2.4.2.	Composição do TRT	557
2.4.3.	Vara do Trabalho	557
2.4.4.	Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.....	558
3.	Ministério público do trabalho	558
3.1.	Princípios	558
3.2.	Organização.....	559
3.3.	Atribuições do MPT	559
3.4.	Inquérito Civil público de jurisdição trabalhista.....	560
3.5.	Corregedoria-geral	561
3.5.1.	Corregedoria-Geral do MPT (arts. 104 a 106 da LC nº 75/93)	561
3.6.	Mecanismos de atuação do ministério público do trabalho com repercussão no direito processual do trabalho	562
3.6.1	Inquérito civil: remetemos o leitor ao tópico 3.4	562
3.6.2	Ação civil pública: remetemos o leitor ao tópico 24.....	562
3.6.3	Termo de ajuste de conduta.....	562
3.6.4.	Recomendação.....	564
3.6.5.	Audiência pública.....	565
4.	Competência	565
4.1.	Critérios de Modificação da Competência.....	570
4.2.	Conflito de competência.....	571
5.	Partes e Procuradores no Processo do Trabalho	571
5.1.	Capacidade processual, representação e assistência	571
5.2.	Capacidade postulatória e o jus postulandi	574
5.3.	Sucessão processual	574

5.4.	Substituição processual.....	575
5.5.	Litisconsórcio.....	575
5.6.	Poderes, deveres e responsabilidade.....	576
5.7.	Dos impedimentos e suspeição.....	577
5.8.	Deveres das partes e daqueles que participam do processo.....	577
5.9.	Ato atentatório à dignidade da Justiça.....	578
5.10.	Litigância de má-fé.....	579
5.11.	Assédio processual.....	579
5.12.	Assistência judiciária e justiça gratuita. Mandato: espécies.....	580
5.12.1.	Assistência judiciária e Benefício da Justiça gratuita.....	580
5.12.2.	Mandato: espécies.....	580
5.12.2.1.	Mandato tácito.....	581
5.12.2.2.	Condições de validade do mandato.....	581
5.12.2.3.	Atuação sem mandato ou com irregularidade de representação.....	582
6.	Atos Processuais.....	583
6.1.	Generalidades.....	583
6.2.	Comunicação dos atos processuais.....	588
7.	Vícios do ato processual.....	588
7.1.	Nulidades processuais.....	589
7.1.1.	Princípio da primazia da decisão de mérito.....	590
8.	Dissídio individual e dissídio coletivo.....	590
8.1.	Dissídio Individual: Procedimento Comum e Sumaríssimo.....	590
8.1.2.	Procedimento sumaríssimo.....	590
8.3.	Procedimento sumário.....	592
8.4.	Petição inicial.....	592
8.4.1.	Cumulação de pedidos.....	593
8.4.2.	Aditamento e emenda da petição inicial.....	594
8.4.3.	Indeferimento da petição inicial.....	595
9.	Audiências.....	595
9.1.	Conciliação.....	596
9.2.	Jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial.....	597
9.3.	Respostas do Réu.....	597
9.4.	Reconvenção.....	599
9.5.	Matérias alegáveis após a contestação.....	600
9.6.	Intervenção de terceiros no processo do trabalho.....	600
9.6.2.	<i>Amicus curiae</i>	602
10.	PROVAS.....	603
10.1.	Princípios da prova.....	603
10.1.1.	Contraditório e ampla defesa.....	603
10.1.2.	Necessidade.....	603
10.1.3.	Oralidade.....	603

10.1.4.	Imediação.....	603
10.1.5.	Aquisição Processual da Prova ou Comunhão da Prova.....	604
10.2.	Ônus da prova.....	604
10.3.	Valoração da prova.....	605
10.4.	Prova emprestada.....	606
10.5.	Proibição da prova ilícita.....	606
10.6.	Alteração da ordem de produção dos meios de prova.....	607
10.7.	Poderes instrutórios do juiz.....	607
10.8.	Meios de prova.....	608
10.8.1.	Interrogatório e depoimento pessoal:.....	608
10.8.1.1.	Confissão.....	608
10.8.2.	Prova documental.....	609
10.8.2.1.	Falsidade de documento.....	609
10.8.3.	Prova testemunhal.....	610
10.8.3.1.	Multa aplicada à testemunha.....	611
10.8.4.	Inspeção Judicial.....	612
10.8.5.	Prova pericial.....	612
11.	Sentença nos dissídios individuais.....	613
11.1.	Classificação.....	614
11.2.	Decisão Interlocutória.....	615
11.3.	Fundamentação das decisões.....	615
11.4.	Julgamento antecipado.....	615
11.5.	Improcedência liminar do pedido.....	616
11.6.	Efeitos anexos da sentença.....	616
11.7.	Coisa julgada.....	617
11.7.1.	Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada.....	617
11.7.2.	Relativização da coisa julgada.....	618
11.8.	Honorários advocatícios.....	619
11.9.	Honorários periciais.....	620
11.10.	Termo de conciliação e seus efeitos.....	622
12.	Sistema recursal trabalhista.....	622
12.1.	Teoria geral dos recursos.....	622
12.1.1.	Tempestividade.....	623
12.1.2.	Custas e depósito recursal.....	623
12.1.3.	Efeito do recurso trabalhista.....	625
12.1.4.	Reexame necessário.....	625
12.1.5.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	626
12.1.6.	Poderes do relator.....	626
12.1.7.	Direito Intertemporal.....	627
12.2.	Recursos em espécie.....	627
12.2.1.	Recurso ordinário.....	627
12.2.2.1.	Teoria da causa madura.....	628
12.2.3.	Agravo de petição.....	628

12.2.4.	Agravo de instrumento	628
12.2.5.	<i>Embargos de declaração</i>	629
12.2.6.	<i>Recurso adesivo</i>	630
13.	Recurso de revista	630
14.	Recursos nos dissídios coletivos	633
15.	Fase de liquidação de sentença e execução	634
15.1.	Liquidação de sentença	634
15.2.	Cumprimento de sentença. disposições gerais e espécies	635
15.3.	Protesto de títulos executivos	636
15.4.	Execução trabalhista	636
15.4.1.	Princípios	637
15.4.2.	Execução definitiva e execução provisória	638
15.5.	Prescrição intercorrente	639
15.6.	Títulos extrajudiciais e judiciais	639
15.7.	Competência para a execução	639
15.8.	Legitimidade	639
15.9.	Responsabilidade patrimonial	640
15.9.1.	Responsabilidade do sócio (desconsideração da personalidade jurídica)	640
15.9.2.	Sucessão de empresas	641
15.9.3.	Responsabilidade do Grupo Econômico	641
15.10.	Hipoteca judiciária	642
15.11.	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	642
15.13.	Execução, será cabível recurso de revista por violação à CF, à lei federal ou por divergência jurisprudencial	643
15.14.	Execução por quantia certa de devedor solvente	644
15.16.	Penhora	646
16.	Meios de defesa do executado e do terceiro	648
16.1.	Embargos à execução	648
16.2.	Exceção de pré-executividade	649
16.3.	Impugnação à decisão de liquidação	649
16.4.	Embargos de terceiros	649
16.5.	Fraude à execução	649
17.	Expropriação de bens	650
17.1.	Arrematação	650
17.2.	Adjudicação	651
17.3.	Remição da execução	652
18.	Execução contra a fazenda pública e dívidas de pequeno valor	652
19.	Execução das contribuições previdenciárias e execução de prestações sucessivas	652
19.1.	Execução das contribuições previdenciárias	652
19.2.	Execução de prestações sucessivas	653
20.	Inquérito para apuração de falta grave	653

21.	Mandado de segurança	654
21.1.	Mandado de segurança coletivo.....	655
22.	Precedentes judiciais	656
22.1.	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	657
22.2.	Incidente de assunção de competência.....	658
22.3.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	658
23.	Ações civis admissíveis no processo trabalhista	659
23.1.	Consignação em pagamento	659
23.2.	Ação de prestação de contas.....	660
23.3.	Ação monitória	661
23.4.	Ação Anulatória	662
24.	Ação Civil Pública	662
24.1.	Cabimento.....	662
24.2.	Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	663
24.3.	Competência	664
24.4.	Legitimidade.....	665
24.5.	Tutelas.....	665
24.6.	Prescrição.....	666
24.7.	Sentença	666
24.8.	Coisa julgada	667
24.9.	Liquidação e execução.....	667
25.	Dissídio coletivo.....	667
25.1.	Ação de cumprimento	669
26.	Ação rescisória.....	670
27.	Tutela provisória.....	676
27.1.	Estabilização da tutela antecipada.....	677
27.2.	Tutela provisória contra a fazenda pública.....	678
28.	Procedimento sumaríssimo	679
29.	Correição parcial.....	680
29.1.	Reclamação correicional	680
29.2.	Reclamação	681
30.	Incidente de recursos de revista repetitivos – art. 896, “C” da CLT	682
31.	Jurisprudência aplicável do Tribunal Superior do Trabalho.....	684

DIREITO CONSTITUCIONAL

Paulo Lépre

1.	Constituição	690
1.1.	Conceito.....	690
1.2.	Objeto e elementos.....	691
1.3.	Classificação.....	691
1.4.	Supremacia da constituição.....	694

1.5.	Poder constituinte	694
1.5.1.	Espécies de poder constituinte	695
1.5.2.	Limitações ao poder constituinte derivado	695
1.5.3.	Emenda constitucional	697
1.5.4.	Revisão constitucional	697
2.	Princípios constitucionais	700
2.1.	Validade, eficácia e aplicação	700
2.1.1.	Eficácia dos princípios constitucionais (segundo Luís Roberto Barroso)	700
2.2.	Princípios fundamentais	701
2.2.1.	Fundamentos da República	701
2.2.2.	Federalismo	701
2.2.3.	Princípio democrático	702
2.2.4.	Poderes da União	702
2.2.5.	Objetivos fundamentais	702
2.2.6.	Relações Internacionais	703
2.2.7.	Preceitos fundamentais	703
2.3.	Princípios constitucionais do trabalho	703
3.	Normas constitucionais	704
3.1.	Classificação: eficácia e aplicabilidade	704
3.2.	Classificação das normas materialmente constitucionais (segundo Luís Roberto Barroso):	705
3.3.	Métodos de Interpretação Constitucional	705
3.3.1.	Princípios de Interpretação Constitucional	707
3.3.1.1.	Princípios Enunciados por Canotilho	707
3.3.1.2.	Outros Princípios	707
4.	Direitos e garantias fundamentais	709
4.1.	Teoria geral dos Direitos Fundamentais	709
4.2.	Direitos e deveres individuais e coletivos	714
4.3.	Ações ou remédios constitucionais	725
4.3.1.	<i>Habeas corpus</i>	725
4.3.2.	Mandado de segurança	726
4.3.3.	Mandado de segurança coletivo	728
4.3.4.	<i>Habeas data</i>	729
4.3.5.	Mandado de Injunção	730
4.3.6.	Ação Popular	731
4.4.	Direitos sociais	731
4.4.1.	Teoria Geral	731
4.5.	Direitos da nacionalidade	735
4.5.1.	Brasileiros natos	735
4.5.2.	Brasileiros naturalizados	736
4.5.3.	Cargos privativos de brasileiros natos	736
4.5.4.	Perda da nacionalidade	737
4.5.5.	Medidas de exclusão do território nacional	737

4.5.6.	Extradição.....	739
4.5.7.	Idioma oficial.....	740
4.6.	Direitos políticos e sistemas eleitorais	741
4.6.1.	Conceitos Fundamentais	741
4.6.2.	Capacidade eleitoral passiva	741
4.6.3.	Alistamento e voto.....	741
4.6.4.	Condições de elegibilidade.....	742
4.6.5.	Sistemas eleitorais.....	743
4.6.6.	Inelegibilidade reflexa	744
4.6.7.	Elegibilidade do militar	744
4.6.8.	Hipóteses de inelegibilidade.....	744
4.6.9.	Impugnação do mandato eletivo	746
4.6.10.	Partidos políticos	746
5.	Organização político-administrativa.....	748
5.1.	Disposições gerais	748
5.2.	Intervenção.....	751
5.3.	Entes federados e distribuição de competências	752
5.3.1.	Competência da união	753
5.3.2.	Competência dos estados e competência concorrente.....	757
5.3.3.	Competência dos municípios	759
6.	Administração pública	762
6.1.	Estruturas básicas e princípios constitucionais.....	762
Disposições gerais	763	
6.2.	Servidores públicos.....	764
7.	Princípio da separação dos poderes	772
8.	Poder legislativo.....	772
8.1.	Organização. Atribuições do congresso nacional..Competências do senado e da câmara	772
8.1.1.	Imunidades dos parlamentares.....	774
8.1.2.	Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI	777
8.2.	Processo legislativo.....	780
8.3.	Fiscalização contábil, financeira e orçamentária	784
9.	Poder executivo.....	786
10.	Poder judiciário.....	791
10.1.	Conselho Nacional de Justiça – CNJ.....	801
11.	Controle de constitucionalidade	802
11.1.	Bloco de constitucionalidade.....	803
11.2.	Evolução do controle de constitucionalidade no Brasil.....	803
11.3.	Formas de inconstitucionalidade.....	804
11.3.1.	Controle prévio ou preventivo.....	804
11.3.2.	Controle posterior ou repressivo	805
11.4.	Controle jurisdicional	805

11.4.1.	Controle difuso	806
11.4.2.	Controle concentrado	812
11.4.2.2.	ADC	823
11.4.2.3.	ADI por omissão	824
11.4.2.4.	ADI interventiva.....	825
11.4.2.5.	ADPF	825
12.	Das finanças públicas	827
13.	Da ordem econômica e financeira	829
13.1.	Princípios da ordem econômica.....	829
13.2.	Exploração de atividades econômicas pelo estado	830
13.3.	Política urbana	830
13.4.	Política agrícola e fundiária e da reforma agrária.....	831
13.5.	Sistema financeiro nacional	831
14.	Ordem social	831
14.1.	Seguridade social.....	832
14.2.	Meio ambiente.....	835
14.3.	Família, criança, adolescente, jovem e idoso	835
14.4.	Índios.....	837
15.	Advocacia geral da união, representação judicial e consultoria jurídica dos estados e do distrito federal.....	837

DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO

Fernanda Gomes de Oliveira

Conceitos de Constituição	843
Classificações das Constituições	844
Histórico Constitucional brasileiro	846
Conceito de Constitucionalismo.....	848
Fases do Constitucionalismo	849
Regulamentação do Direito do Trabalho	852
Direitos Trabalhistas na CF/88	853
Direito Coletivo do Trabalho e a Constituição de 1988	861
Contribuição sindical	863
Proibição de dispensa do empregado sindicalizado.....	863
Direito de greve	863
Princípios constitucionais trabalhistas	864
A aplicação dos Princípios Constitucionais Trabalhistas nas decisões dos tribunais do país.....	873

DIREITO CIVIL

Plínio Moura

EDITAL SISTEMATIZADO.....	883
---------------------------	-----

CAPÍTULO 1 – A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL E A LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO - LINDB.

1.1. Constitucionalização do Direito Civil.	885
1.1.1. Efeitos, Personalização e a aplicação dos Direitos Fundamentais nas Relações Privadas.	886
1.1.2. A liberdade econômica e o Estado do “Bem-Estar Social”.	887
1.2. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e as regras de Interpretação e Integração Normativa.	887
1.2.1. Vigência, Validade e Eficácia das Normas. Início e fim da vigência... Revogação, derrogação e ab-rogação.	888
1.2.2. Conflito das leis no tempo. Princípio da irretroatividade. ..Ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada.	890
1.2.3. Conflito das leis no espaço.	893
1.2.4. Métodos de Interpretação das Leis.	895
1.2.5. Regras de Integração das Leis. ..Analogia, costume, princípios gerais de direito e equidade.	896
1.2.6. Novas regras da LINDB sobre a Segurança Jurídica e Aplicação do Direito Público.	898
1.3. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema:	900

CAPÍTULO 2 – PESSOAS NATURAIS

2.1. Conceito e distinções: Personalidade Jurídica x Capacidade Jurídica	901
2.2. Teoria das Incapacidades e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.	903
2.3. Direitos da personalidade. Dignidade humana. Teoria do mínimo existencial.	904
2.4. Fim da Existência da Pessoa Natural:	907
2.5.1. Morte Real x Morte Civil:	908
2.4.2. Comoriência (tempo x espaço):	908
2.4.3. Morte Presumida e Ausência – Procedimentos Judiciais para a Declaração da Morte Presumida:	908
2.5.3.1. Procedimento de Declaração de Morte Presumida SEM prévia Declaração de Ausência:	908
2.5.3.2. Procedimento de Declaração de Morte Presumida COM prévia Declaração de Ausência:	909
2.5. Domicílio da Pessoa Natural.	911
2.6. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema:	912

CAPÍTULO 3 – PESSOA JURÍDICA

3.1. As pessoas jurídicas: espécies, personificação, direitos e obrigações. Constituição e Grupos não personificados.	915
3.1.1. Grupos Jurídicos não personificados.	915
3.1.2. Autonomia das Pessoas Jurídicas quanto aos Direitos e Obrigações.	916
3.1.3. Espécies de Pessoas Jurídicas.	916
3.1.4. Direitos da Personalidade.	918
3.2. Normas Gerais de Administração e Sucessão.	918

3.3. Desconsideração da personalidade jurídica e responsabilidades.....	918
3.4. Dissolução da Pessoa Jurídica.....	920
3.5. Associações e Fundações.....	921
3.5.1. Associações.....	921
3.6. Domicílio Civil das Pessoas Jurídicas.....	923
3.7. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema:.....	923

CAPÍTULO 4 – BENS

4.1. Conceito de Bens.....	925
4.2. Espécies e Classificação.....	925
4.2.1. Bens Considerados em si mesmos: classificação que leva em conta as características próprias do bem:.....	925
4.2.2. Bens Reciprocamente Considerados: Classificação que leva em conta a relação entre os bens.....	927
4.2.3. Bens Públicos.....	929
4.3. Bem de família.....	930
4.4. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais.....	931

CAPÍTULO 5 – FATOS JURÍDICOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS

5.1. Teoria Geral do Fato Jurídico. Atos Jurídicos.....	933
5.2. Negócio Jurídico.....	934
5.2.1. Modalidade de Negócios Jurídicos.....	934
5.2.2. Manifestação e interpretação das declarações de vontade:.....	935
5.2.3. Elementos e requisitos de validade. Condição, termo e encargo.....	936
5.2.4. Negócio Jurídico: Defeitos e Invalididades.....	941
5.2.3.1. Invalidades e a Teoria das Nulidades: Nulidade e anulabilidade.....	942
5.2.3.2. Defeitos dos negócios jurídicos: erro, dolo, coação, estado de perigo e lesão.....	943
5.2.3.3. A Simulação.....	947
5.3. A Prova do Negócio Jurídico.....	948
5.3.1. Confissão (arts. 213-214).....	948
5.3.2. Prova Documental (arts. 15-226).....	948
5.3.3. Prova Testemunhal (arts. 227-228).....	949
5.3.4. Presunções.....	949
5.3.5. Perícia.....	950
5.4. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema:.....	950

CAPÍTULO 6 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

6.1. Distinções.....	951
6.2. Hipóteses de Suspensão.....	952
6.3. Hipóteses de Interrupção.....	953
6.4. Prazos prescricionais.....	953
6.5. Prescrição Intercorrente.....	954
6.6. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema:.....	955

CAPÍTULO 7 – OBRIGAÇÕES

7.1. Obrigações: conceito e elementos.....	957
7.2. Modalidades e Classificação.....	957
7.2.1. Classificação Geral:	957
7.2.2. Classificações Especiais:.....	959
7.3. Transmissão.....	963
7.3.1. Cessão de Crédito.....	963
7.3.2. Cessão de Débito ou Assunção de Dívidas.....	964
7.4. Adimplemento e Extinção das Obrigações.....	965
7.4.1. Teoria Geral do Pagamento – Extinção Direta.....	965
7.4.2. Regras Especiais de Extinção Indireta.....	967
7.5. Descumprimento das Obrigações.....	968
7.5.1. Inadimplemento Absoluto x Relativo.....	968
7.5.2. Espécies de Mora e suas conseqüências.....	969
7.5.3. Cláusula Penal.....	969
7.5.4. Arras.....	970
7.6. Enriquecimento sem causa.....	970
7.7. Preferências e privilégios creditórios.....	971
7.8. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema:.....	972

CAPÍTULO 8 – CONTRATOS

8.1. Contratos. Disposições Gerais.....	975
8.1.1. Princípios do Direito Contratual.....	975
8.1.2. Classificação.....	980
8.1.3. Formação dos Contratos.....	983
8.1.4.2. Proteção do Adquirente em face de Evicção.....	985
8.1.5. Da extinção dos contratos: Exceção do Contrato Não Cumprido e Resolução por Onerosidade Excessiva. Teoria da Imprevisão.....	985
8.1.5.1. Extinção Normal.....	985
8.1.5.2. Extinção Anormal.....	985
8.1.5.2.1. Extinção Anormal por Causas Antecedentes ou Concomitantes.....	985
8.1.5.2.2. Extinção Anormal por Causas Supervenientes. Distrato. Exceção do Contrato não Cumprido. Teoria da Imprevisão.....	986
Resolução por Onerosidade Excessiva.....	986
8.2. Espécies de contratos: compra e venda, doação, empréstimo (comodato e mútuo), prestação de serviço, empreitada, depósito, mandato, corretagem, transação, locação de imóvel residencial ao empregado e direito de retomada.....	988
8.2.1. Compra e Venda.....	988
8.2.2. Doação.....	990
8.2.3. Empréstimo (comodato e mútuo).....	991
8.2.3.1. Mútuo.....	992
8.2.3.2. Comodato.....	992

8.2.4.	Prestação de serviço.....	992
8.2.5.	Empreitada.....	993
8.2.6.	Depósito.....	995
8.2.7.	Mandato.....	995
8.2.8.	Corretagem.....	996
8.2.9.	Transação.....	997
8.2.10.	Locação de imóvel residencial ao empregado e direito de retomada.....	998
9.3.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema:.....	998

CAPÍTULO 9 – RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1.	Atos ilícitos.....	1001
9.2.	Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade civil e penal..... Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidades solidária e subsidiária..... Responsabilidade patrimonial e extrapatrimonial.....	1002
9.3.	Elementos da Responsabilidade civil. Responsabilidade por fato próprio e por fato de terceiro. Responsabilidade civil preventiva. Socialização dos riscos. Dano material, moral e estético. Danos à pessoa. Danos sociais. Dano existencial e dano à imagem. Dano moral coletivo. Quantificação.....	1004
9.3.2.	Nexo de causalidade.....	1005
9.3.3.	Dano. esponsabilidade civil preventiva. Socialização dos riscos. Dano material, moral e estético. Danos à pessoa. Danos sociais. Dano existencial e dano à imagem. Dano moral coletivo. Quantificação.....	1005
9.3.3.1.	Responsabilidade Civil Preventiva e Socialização dos Riscos.....	1005
9.3.3.2.	Espécies de Dano.....	1006
9.3.3.3.	Quantificação dos Danos.....	1009
9.3.4.	Culpa.....	1010
9.4.	Excludentes da Responsabilidade Civil. Caso Fortuito e Força Maior.....	1010
9.5.	Transmissibilidade da Responsabilidade Civil.....	1011
9.6.	Responsabilidade Civil por Fato da Coisa.....	1011
9.7.	Responsabilidade Civil por Cobrança Judicial de Dívidas.....	1012
9.8.	Responsabilidade Civil por Crime. Efeitos da Sentença Criminal.....	1012
9.9.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema:.....	1013

CAPÍTULO 10 – DIREITOS REAIS

10.1.	Posse.....	1017
10.1.1.	Conceito.....	1017
10.1.2.	Classificação, composses e desdobramento da posse.....	1018
10.1.3.	Posse X Detenção.....	1019
10.1.4.	Modos de aquisição e perda da posse.....	1020
10.1.5.	Efeitos.....	1021
10.2.	Direitos Reais.....	1023
10.2.1.	Distinções entre Direitos Reais e Direitos Obrigacionais e Figuras Híbridas.....	1023
10.2.2.	Classificação dos Direitos Reais.....	1025

10.2.3.	Direito Real na Coisa Própria - PROPRIEDADE.....	1025
10.2.3.1.	Estrutura, Faculdades, Poderes e Características:.....	1025
10.2.3.2.	Extensão:.....	1026
10.2.3.3.	A descoberta:.....	1027
10.2.3.4.	Função socioambiental da propriedade e sua concretização:.....	1027
10.2.3.5.	Propriedade resolúvel (ad tempus):.....	1028
11.2.3.8.	A perda da propriedade.....	1037
11.3.	Condomínio Geral e Condomínio Edilício.....	1037
11.3.1.	Disposições Gerais:.....	1038
11.3.2.	Condomínio Geral ou Ordinário (arts. 1314-1330):.....	1038
11.3.3.	Condomínio Edilício (art. 1331-1358):.....	1039
	Referências Bibliográficas:.....	1041

DIREITO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO JOVEM

Luciano Alves Rossato

1	A Constituição Federal	1046
1.1.	A inovação da Constituição Federal	1046
1.2.	Proteção Especial	1047
1.3.	A inserção do jovem	1048
2.	Doutrina da Proteção Integral da Criança e do Adolescente. Tratamento legal e Constitucional.....	1048
2.1.	A implementação da Doutrina da Proteção Integral da Criança e do Adolescente.....	1048
2.2.	Doutrina da Proteção Integral versus Doutrina da Situação Irregular	1049
3.	Estatuto da Criança e do Adolescente.....	1049
3.1.	Aspectos iniciais	1049
3.2.	Conceito de Criança e de Adolescentes	1050
3.3.	Primeira Infância	1052
3.4.	Garantia da Prioridade	1053
3.5.	Direitos Fundamentais.....	1053
3.5.1.	Direito à Vida e à Saúde	1053
3.5.2.	Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade	1053
3.5.3.	Direito à convivência familiar e comunitária	1054
3.5.4.	Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer.....	1054
3.5.5.	Direito à profissionalização e à proteção no trabalho.....	1054
3.6.	Da Política de Atendimento	1055
3.7.	Entidades de atendimento	1055
4.	Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013)	1056
5.	Trabalho Infantil: conceitos e normas legais.....	1057
6.	Proibições ao trabalho da criança e restrições e proteções ao trabalho do adolescente..	1057
7.	Conselhos Tutelares: composição e atribuições	1057
8.	Conselhos de Direitos: composição e atribuições.....	1060

9.	Limites à contratação.....	1060
10.	Proteção de crianças e adolescentes vulneráveis (indígenas, quilombolas, migrantes, de terreiros, com deficiência e outros).....	1061
10.1.	Pessoa com deficiência.....	1061
10.2.	Migrante.....	1061
10.3.	Indígena.....	1061
11.	Trabalho educativo.....	1061
12.	Piores formas de trabalho infantil. Modalidades.....	1062
12.1.	Linhas gerais.....	1062
12.2.	Trabalho infantil doméstico.....	1063
12.3.	Trabalho infantil nas ruas e logradouros públicos.....	1063
12.4.	Trabalho infantil em regime de economia familiar.....	1063
12.5.	Trabalho infantil em cadeias produtivas.....	1064
12.6.	Trabalho infantil desportivo, artístico e em plataformas digitais.....	1064
12.6.1.	Trabalho infantil desportivo.....	1064
12.6.2.	Trabalho infantil artístico.....	1065
12.6.3.	Trabalho infantil em plataformas digitais.....	1066

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Luciano Alves Rossato

1.	Direito Processual Civil.....	1069
1.1.	Conceito.....	1069
1.2.	Fontes.....	1070
1.2.	Influências constitucionais.....	1070
1.3.	As Espécies de Normas Fundamentais: princípios e regras jurídicas.....	1071
1.4.	Princípios.....	1072
1.5.	Efetivação de direitos fundamentais.....	1072
2.	Normas Fundamentais do Processo Civil.....	1072
2.1.	O Princípio do Devido Processo Legal como Princípio Nuclear.....	1072
2.2.	Regra Jurídica da Iniciativa da Parte e do Impulso Oficial.....	1073
2.3.	Impulso Oficial.....	1074
2.4.	Princípio do Acesso à Justiça ou Inafastabilidade do Controle Jurisdicional.....	1074
2.4.1.	O sentido do Princípio do Acesso à Justiça.....	1074
2.4.2.	O Acesso à Justiça Quantitativo e Qualitativo.....	1075
2.4.3.	A Mediação e a Conciliação.....	1075
2.5.	Princípio da Primazia do Julgamento de Mérito.....	1075
2.6.	Princípio da Duração Razoável do Processo.....	1075
2.7.	Princípio da boa-fé processual.....	1076
2.8.	Princípio da Cooperação Processual.....	1076
2.9.	Princípio da Isonomia.....	1077
2.10.	Princípio da publicidade dos atos processuais.....	1077
2.11.	Princípio do Contraditório Dinâmico.....	1078

2.12.	Princípio da Fundamentação Analítica	1078
2.13.	Atendimento Preferencial da Ordem Cronológica	1079
2.14.	Princípios Regentes da Aplicação do Ordenamento Jurídico	1079
2.15.	A norma Processual Civil	1079
2.15.1.	Definição de Lei Processual Civil	1079
2.15.2.	Interpretação da norma processual	1079
2.15.3.	Norma processual no tempo e no espaço	1080
2.15.4.	Direito Processual Intertemporal. Critérios.	1080
3.	Jurisdição e Ação	1081
3.1.	Jurisdição	1081
3.1.1.	Conceito	1081
3.1.2.	Natureza	1081
3.1.3.	Princípios	1081
3.1.4.	Elementos	1082
3.1.5.	Classificações	1082
3.1.6.	Características	1082
3.1.7.	Distinção em relação às demais funções do Estado	1082
3.2.	Ação	1083
3.2.1.	Conceito, Natureza, Elementos e Características	1083
3.2.2.	Condições da Ação	1083
3.2.3.	Classificação	1083
3.3.	Pressupostos Processuais	1084
3.3.1.	Processo - Conceito e natureza	1084
3.3.2.	Pressupostos Processuais	1084
3.3.3.	Procedimento e Relação Jurídica Processual	1085
3.4.	Limites da Jurisdição Nacional e Cooperação Internacional: disposições gerais	1086
3.5.	Auxílio Direto	1087
3.6.	Carta Rogatória	1087
4.	Competência	1087
4.1.	Disposições gerais	1087
4.2.	Critérios de determinação	1088
4.3.	Critérios de modificação	1090
4.4.	Incompetência absoluta e relativa	1091
4.5.	Conflito de competência	1091
4.6.	Cooperação Nacional	1092
5.	Partes e Procuradores	1092
5.1.	Capacidade	1092
5.2.	Sucessão das Partes e dos Procuradores	1093
5.3.	Deveres das partes e procuradores	1093
5.4.	Responsabilidade das partes por dano processual	1093
5.5.	Despesas processuais, honorários e multas	1094
5.5.1.	Despesas	1094

5.5.2.	Honorários advocatícios.....	1094
5.5.3.	Multas.	1096
5.5.4.	Gratuidade da justiça.	1096
5.6.	Litisconsórcio.....	1097
5.7.	Da Intervenção de Terceiros.....	1100
5.7.1.	Da Assistência.	1100
5.7.2.	Da Denúnciação da Lide.	1101
5.7.3.	Do Chamamento ao Processo.....	1104
5.7.4.	Do incidente de descon sideração da personalidade jurídica.	1105
5.7.5.	Do <i>Amicus Curiae</i>	1106
5.7.	Juiz e Auxiliares da Justiça.....	1106
5.8.1.	Incumbências do juiz.....	1106
5.7.2.	Proibição do <i>non liquet</i>	1107
5.7.3.	Decisão por equidade.....	1107
5.7.4.	Processo utilizado para a prática de ato simulado ou para fim vedado pela lei.....	1107
5.7.5.	Responsabilidade civil do juiz.....	1108
5.7.6.	Auxiliares da Justiça.....	1108
5.8.	Ministério Público.....	1108
5.9.	Advocacia Pública.....	1108
6.	Atos processuais.....	1109
6.1.	Conceito.....	1109
6.2.	Classificação.....	1109
6.3.	Forma dos atos processuais.....	1109
6.4.	Tempo e lugar.....	1109
6.5.	Prazos.....	1110
6.6.	Comunicação dos atos processuais.....	1112
6.7.	Nulidades.....	1114
6.8.	Distribuição e registro.....	1114
6.9.	Valor da causa.....	1115
7.	Tutela Provisória.....	1115
7.1.	Tutelas de Urgência e de Evidência.....	1115
7.2.	Da tutela antecipada e tutela cautelar.....	1116
7.3.	A Tutela Antecipada requerida de forma antecedente.....	1116
7.4.	Da Tutela Cautelar e Poder Geral de Cautela.....	1117
7.5.	Tutela Cautelar antecedente.....	1117
7.6.	Tutela da Evidência.....	1118
7.7.	Estabilização da tutela antecipada.....	1118
7.8.	Tutela específica e antecipada das obrigações de fazer e não fazer.....	1119
8.	Da formação do Processo, Suspensão e Extinção do Processo.....	1119
8.1.	Princípio da Ação ou da Inércia da Jurisdição.....	1119
8.2.	A Propositura da Ação.....	1119
8.3.	Efeitos da Propositura para o Réu: somente a partir da citação válida.....	1120

8.4.	Protocolo da Inicial x Registro e Distribuição (diferenças para a fixação do juízo prevento)	1120
8.5.	Da Suspensão do Processo	1120
8.5.1.	A Suspensão e a Extinção como Causas de Crise do Processo.....	1120
8.5.2.	Efeito da Suspensão: paralisação do processo.....	1121
8.5.3.	Causas de Suspensão do Processo.....	1121
8.6.	Extinção do Processo	1125
9.	Processo de conhecimento	1126
9.1.	Procedimento comum	1126
9.2.	Audiência de conciliação ou de mediação.....	1126
10.	Petição inicial.....	1127
10.1.	Requisitos e vícios.....	1127
10.2.	Pedidos.....	1128
10.2.1.	Noções gerais.....	1128
10.2.2.	Espécies.....	1128
10.2.3.	Interpretação.....	1130
10.2.4.	Alteração.....	1130
10.2.5.	Cumulação	1130
10.3.	Deferimento e indeferimento da petição inicial.....	1132
10.4.	Improcedência liminar do pedido.....	1132
11.	Resposta do réu	1133
11.1.	Espécies de defesa direta e indireta.....	1133
11.2.	Contestação.....	1134
11.3.	Exceção e objeção	1135
11.4.	Reconvenção	1135
11.5.	Revelia.....	1136
11.6.	Carência de ação	1137
11.7.	Litispendência.....	1137
11.8.	Conexão e continência de causa.....	1137
11.9.	Convenção de arbitragem	1138
12.	Providências preliminares e de saneamento	1138
12.1.	Providências preliminares e de saneamento.....	1138
12.2.	Julgamento conforme o estado do processo.....	1139
12.3.	Audiência de instrução e julgamento	1140
13.	Provas.....	1140
13.1.	Conceito e disposições gerais	1140
13.2.	Distribuição do ônus da prova.....	1141
13.3.	Fatos que independem de prova	1141
13.4.	Produção antecipada de prova	1141
13.5.	Ata notarial.....	1142
13.6.	Depoimento pessoal.....	1142
13.7.	Confissão.....	1142

13.8.	Exibição de documento ou coisa	1142
13.9.	Prova documental.	1143
13.20.	Documentos eletrônicos.....	1143
13.21.	Prova testemunhal.	1144
13.22.	Prova pericial.	1144
13.23.	Inspeção judicial.....	1145
14.	Sentença e coisa julgada	1145
14.1.	Disposições gerais	1145
14.2.	Classificações de sentença	1145
14.3.	Elementos e efeitos das sentenças.....	1147
14.4.	Publicação, intimação, correção e integração da sentença.....	1148
14.5.	Remessa necessária.....	1148
14.6.	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, não fazer e entregar coisa	1149
14.7.	Coisa julgada	1149
14.7.1.	Conceito	1149
14.7.2.	Espécies	1150
14.7.3.	Limites	1150
14.7.4.	Eficácia preclusiva da coisa julgada.	1151
14.7.5.	Coisa julgada e resolução de questão prejudicial.	1152
14.7.6.	Relativização da coisa julgada.	1152
14.8.	Liquidação	1152
14.8.1.	Os Pronunciamentos Ilíquidos que Reconhecem a Existência de Obrigação.....	1152
14.8.2.	Liquidação Provisória e Definitiva	1154
14.8.3.	Concomitantes liquidação e cumprimento de sentença em relação ao mesmo título	1154
14.8.4.	Apuração do Valor Dependente de Cálculos Aritméticos.....	1154
14.8.5.	Fixação de Honorários na Liquidação Proposta em Face da Fazenda Pública	1154
14.8.6.	Liquidação Incidental e Autônoma.....	1155
14.8.7.	Iniciativa da Liquidação	1155
14.8.8.	Procedimentos para Apuração do Valor.....	1156
14.8.9.	Liquidação por Arbitramento.....	1156
14.8.10.	Liquidação pelo Procedimento Comum	1156
14.8.11.	Natureza do Pronunciamento que Julga da Liquidação	1156
14.8.12.	Condenação em Verba Honorária na Liquidação	1156
14.8.13.	Inviabilidade das Sentenças Ilíquidas no Âmbito dos Juizados	1157
14.8.14.	Liquidação Imprópria.....	1157
14.9.	Cumprimento da sentença.....	1157
14.9.1.	Procedimento.....	1157
14.9.2.	Intimação do devedor.....	1158
14.9.3.	Legitimados no cumprimento de sentença.....	1159

14.9.4.	Competência para a fase de cumprimento de sentença.....	1159
14.9.5.	Admissibilidade do protesto.....	1160
14.9.6.	Alegação de questões pertinentes à validade do procedimento de cumprimento de sentença e dos atos executivos subsequentes.....	1160
14.9.7.	Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	1160
14.9.8.	Impugnação.....	1161
15.	Procedimentos especiais.....	1164
15.1.	Espécies.....	1164
15.2.	Ação de Consignação em Pagamento.....	1164
15.2.1.	Finalidade:.....	1164
15.2.2.	Efeito interruptivo da prescrição:.....	1164
15.2.3.	Consignação extrajudicial:.....	1164
15.2.4.	Procedimento da Consignação Extrajudicial:.....	1165
15.2.5.	Procedimento da ação consignatória:.....	1165
15.2.6.	Sentença na ação consignatória:.....	1167
15.2.7.	Consignatória: ação de natureza dúplice.....	1167
15.2.8.	Consignatória: dúvida quanto ao titular do crédito.....	1167
15.3.	Ação de Exigir Contas.....	1167
15.4.	Ações Possessórias.....	1168
15.5.	Embargos de Terceiro.....	1170
15.6.	Ação Monitória.....	1172
15.7.	Oposição.....	1174
16.	Processo de Execução.....	1175
16.1.	Execução em geral.....	1175
16.1.1.	Disposições gerais.....	1175
16.1.2.	Instrumentos Postos à Disposição do Juiz para a Efetividade da Execução.....	1175
16.1.3.	Ato atentatório à Dignidade da Justiça.....	1175
16.1.4.	Desistência da Execução.....	1176
16.1.6.	Responsabilidade pelos Danos Causados ao Devedor.....	1176
16.2.	Das Partes.....	1176
16.3.	Competência.....	1177
16.4.	Requisitos para realizar qualquer execução.....	1177
16.5.	Responsabilidade Patrimonial.....	1177
16.6.	Fraude à execução.....	1178
16.7.	Das diversas espécies de execução: disposições gerais.....	1179
16.7.1.	Direito de Preferência.....	1179
16.7.2.	Petição Inicial no Processo Executivo.....	1180
16.7.3.	Nulidade da execução.....	1182
16.8.	Da Execução para a Entrega de Coisa.....	1182
16.9.	Da Entrega de Coisa Incerta.....	1183
16.10.	Da Execução das Obrigações de Fazer ou de Não Fazer.....	1183

16.9.	Da Execução por Quantia Certa.....	1183
16.9.1.	Disposições Gerais	1183
16.9.2.	Despacho Inicial	1184
16.9.3.	Averbação acautelatória	1185
16.9.4.	Citação Inicial	1185
16.9.5.	Pré-penhora ou arresto no processo executivo	1185
16.9.6.	Penhora	1186
16.10.	Avaliação	1192
16.11.	Meios Expropriatórios	1193
16.11.1.	Adjudicação.....	1194
16.11.2.	Da Alienação de Bens.....	1195
16.12.	Satisfação do Crédito	1199
16.12.	Execução contra a Fazenda Pública	1199
16.13.	Embargos à Execução	1200
16.13.1.	Natureza Jurídica	1200
16.13.2.	Requisitos para a Admissibilidade dos Embargos.....	1200
16.13.3.	Efeito Suspensivo.....	1201
16.13.4.	Pronunciamento que decide os embargos.....	1202
16.14.	Suspensão e extinção do processo de execução.....	1202
16.14.1.	Suspensão do processo de execução	1202
16.14.2.	Extinção da execução.....	1203
17.	Da Ordem dos Processos nos Tribunais	1203
17.1.	Imediata Distribuição	1203
17.2.	Prevenção do Relator	1204
17.3.	Incumbências do Relator	1204
17.4.	Intimação do Recorrente ou das Partes para Manifestação	1204
17.5.	Sustentação Oral	1205
17.6.	Do Julgamento do Recurso ou da Ação Originária	1205
17.7.	Quórum Ampliado para o Julgamento.....	1206
17.8.	Incidente de assunção de competência.....	1207
17.8.1.	Natureza Jurídica	1207
17.8.2.	Admissibilidade do Incidente	1207
17.9.	Do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.....	1208
17.9.1.	Formas de reconhecimento da inconstitucionalidade	1208
17.9.2.	Reconhecimento da inconstitucionalidade pelo juiz de primeiro grau .	1208
17.9.3.	Reconhecimento da inconstitucionalidade pelo tribunal	1209
17.9.4.	Legitimidade para a arguição	1209
17.9.5.	Cisão de competência.....	1209
17.9.6.	Vedação de submissão do incidente ao plenário ou ao órgão especial.	1209
17.9.7.	Permissão de manifestação das pessoas jurídicas de direito público.....	1210
17.9.8.	Intervenção dos legitimados à propositura de ação de controle de constitucionalidade	1210
17.9.9.	Intervenção do <i>amicus curiae</i>	1210

17.10.	Conflito de competência.....	1210
17.10.1.	As espécies de conflito de competência.....	1210
17.10.2.	Competência para o julgamento.....	1210
17.11.	Homologação de decisão estrangeira e do exequatur às cartas rogatórias	1211
18.12.	Ação Rescisória.....	1212
18.12.1.	Conceito.....	1212
18.12.2.	Objeto da Ação Rescisória.....	1212
18.12.3.	A rescisão de Apenas Um Capítulo da Decisão	1214
18.12.4.	Competência para Julgamento.....	1214
18.12.5.	Ajuizamento da Ação Perante Tribunal Incompetente.....	1215
18.12.6.	Requisitos de admissibilidade da ação rescisória.....	1215
18.12.8.	Depósito do valor correspondente a 5% do valor da causa	1218
18.12.9.	Hipóteses indicadas no art. 966. CPC.....	1218
18.12.10.	Legitimidade para a propositura da ação rescisória.....	1219
18.12.11.	Polo Passivo	1219
18.12.12.	Não impedimento à execução.....	1220
18.12.13.	Indeferimento da petição inicial.....	1220
18.12.14.	Improcedência Liminar do Pedido.....	1220
18.12.15.	Resposta do réu.....	1220
18.12.16.	Prescrição intercorrente	1220
18.13.	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	1220
18.14.	Reclamação.....	1221
18.14.1.	Natureza Jurídica e Finalidade.....	1221
18.14.2.	Inadmissibilidade	1221
18.14.3.	Reclamação para Observância de Precedente.....	1222
18.14.4.	Transcendência dos Motivos Determinantes.....	1223
18.	Recursos.....	1223
18.1.	Teoria Geral dos Recursos.....	1223
18.2.	Recursos em espécie	1227
18.2.1.	Apelação.....	1227
18.2.2.	Agravo de instrumento	1228
18.2.3.	Agravo Interno.....	1229
18.2.4.	Embargos de declaração.....	1229
18.2.5.	Recursos extraordinário e especial.....	1231
18.2.6.	Embargos de divergência.....	1232
19.	Sistema de Precedentes.....	1232
19.1.	Dever de estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência pelos Tribunais.....	1232
19.2.	Conceito de precedente.....	1233
19.3.	<i>Ratio Decidendi</i> : relevância prática de sua determinação	1234
19.4.	Os precedentes no CPC de 2015.	1234
19.5.	Confrontação do precedente	1238
19.5.1.	A técnica da distinção na sistemática de precedentes	1238

19.5.2. A superação total e parcial do precedente.....	1239
19.5.3. A Modulação de Efeitos	1240
20. Lei do Processo Judicial Eletrônico (Lei nº 11.419/2006).....	1241
21. Jurisprudência aplicável dos Tribunais Superiores	1242

DIREITO INTERNACIONAL E DIREITO COMUNITÁRIO

Paulo Henrique Gonçalves Portela

TÓPICO 1 – Sujeitos do Direito Internacional Público. Estados E organizações	1245
TÓPICO 2 – Órgãos das relações entre os Estados: agentes diplomáticos e representantes consulares. Convenções de Viena de 1961 e 1963. Missões Especiais	1250
TÓPICO 3 – A imunidade de jurisdição dos Estados: origem, fundamentos, extensão e limites. Imunidade de execução. Organismos públicos multilaterais internacionais: a questão da imunidade de jurisdição e problemas correlatos.....	1255
TÓPICO 4 – Atividades do estrangeiro no Brasil: limitações constitucionais.....	1256
TÓPICO 5 – Tratados Internacionais: vigência e aplicação. Exigibilidade e efetividade. Hierarquia e controle de convencionalidade.....	1257
TÓPICO 6 – Organização Internacional do Trabalho. História. Órgãos. Comissão de Peritos. Comissão de Aplicação de Normas. Convenções e recomendações internacionais do trabalho. Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Protocolos. Trabalho Decente e seus fundamentos.	1268
TÓPICO 7 – OMC e concorrência internacional. “Dumping Social”, “Cláusula Social” e “Selo Social”. Padrões trabalhistas mínimos.....	1278
TÓPICO 8 – Conflito de leis no espaço: os princípios da <i>lex loci executionis</i> e de <i>locus regit actum</i> . Jurisdição e Direito do Trabalho relativas aos trabalhadores brasileiros transferidos para o exterior. Jurisdição e Direito do Trabalho relativas aos trabalhadores brasileiros que laborem em embarcações em alto mar.....	1278
TÓPICO 9 – Direito comunitário. Conceito, princípios e orientações sociais. União Europeia: constituição, estrutura, principais normas em matéria social	1280
TÓPICO 10 – Mercosul. Constituição. Livre circulação de trabalhadores.....	1285
TÓPICO 11 – Jurisprudência aplicável dos Tribunais Superiores.	1291
ANEXO I – TÓPICOS ADICIONAIS.....	1303

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Adriana Menezes

PARTE I – EDITAL SISTEMATIZADO

1. Apresentação.....	1325
2. Edital sistematizado	1325

PARTE II – SEGURIDADE SOCIAL

1. Conceito, organização e disposições constitucionais relativas à seguridade social.....	1329
1.1. Saúde.....	1329

1.2.	Assistência Social	1331
1.3.	Previdência Social	1331
2.	Princípios constitucionais da seguridade social	1333
3.	Aspectos constitucionais da previdência social.....	1336
4.	Princípios da previdência social.....	1337
5.	Fontes do direito previdenciário	1338

PARTE III – OS REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EXISTENTES

1.	Do regime geral de previdência social	1341
1.1.	Dos segurados	1341
1.2.	Dos dependentes.....	1347
1.3.	Filiação e Inscrição.....	1350
2.	Das espécies de prestações	1351
2.1.	Carência mínima de contribuições à previdência social	1352
2.2.	Salário de benefício.....	1353
2.3.	Renda mensal inicial.....	1354
2.4.	Reajustamento e revisão dos benefícios.....	1354
3.	Dos benefícios em espécie	1355
3.1.	Do auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença).....	1355
3.2.	Do auxílio-acidente.....	1356
3.3.	Da aposentadoria por incapacidade permanente.....	1358
3.4.	Da aposentadoria programada (idade + tempo de contribuição)	1360
3.5.	Da aposentadoria especial	1362
3.6.	Aposentadoria da pessoa com deficiência.....	1364
3.7.	Do salário-família	1365
3.8.	Do salário-maternidade.....	1366
3.9.	Da pensão por morte	1368
3.10.	Do auxílio-reclusão.....	1370
3.11.	Acumulação de benefícios previdenciários – RGPS	1372
3.12.	Cômputo de tempo de contribuição.....	1372

PARTE V – ACIDENTE DO TRABALHO

1.	Acidente do trabalho típico.....	1375
2.	Acidente do trabalho atípico	1375
3.	Acidente do trabalho por equiparação.....	1375
4.	Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário.....	1376
5.	Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT.....	1377
6.	Estabilidade do acidentado.....	1377
7.	Ações Regressivas	1378
8.	Seguro Acidente do Trabalho - SAT	1378
9.	Fator Acidentário de Prevenção - FAP.....	1379

PARTE VI – FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

1.	Do Financiamento da Seguridade Social	1381
2.	DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	1383
3.	Da contribuição dos segurados	1386
3.1.	Da contribuição dos empregados, domésticos e trabalhadores avulsos.....	1386
3.2.	Da contribuição do segurado contribuinte individual.....	1387
3.3.	Contribuição do segurado facultativo	1388
3.4.	Contribuição do segurado especial	1389
4.	Da Contribuição do Empregador Doméstico, das Empresas, das Entidades Equiparadas às Empresas e do Microempreendedor Individual (MEI)	1389
6.	Da retenção	1393
6.1.	Cessão de mão de obra	1393
6.2.	Outras retenções	1393
7.	da imunidade e da isenção.....	1394
8.	da decadência e prescrição das contribuições da seguridade social.....	1394

PARTE VII – SEGURO-DESEMPREGO

1.	Introdução	1395
2.	Condições para concessão do seguro-desemprego.....	1395
2.1.	Pescador artesanal: seguro-defeso	1396
2.2.	Trabalhador resgatado.....	1397
3.	Suspensão e cancelamento do seguro-desemprego	1398
4.	Outras questões.....	1398

PARTE VIII – AÇÕES EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA

1.	As ações propostas pelos beneficiários contra a autarquia previdenciária (INSS)	1401
1.1.	Competência da Justiça Federal.....	1401
1.2.	Juizados Especiais Federais.....	1401
1.3.	Competência delegada	1402
1.4.	Competência absoluta da Justiça Estadual	1403
1.5.	Ações relativas a benefícios por incapacidade	1403
1.6.	Ações de mandado de segurança	1404
2.	Ações regressivas	1404
3.	As ações contra os créditos tributários previdenciários	1404
4.	Execução fiscal	1405
4.1.	Execução fiscal das contribuições da seguridade social.....	1405
4.2.	Cobrança de créditos previdenciários promovidos pelo inss.....	1405
5.	Competência da justiça do trabalho	1405
6.	Questões importantes.....	1409
6.1.	Prévio ingresso do pedido de benefícios na via administrativa	1409
6.2.	Intervenção do Ministério Público	1410
6.3.	Gratuidade da justiça. Prioridade de tramitação dos feitos.....	1410

PARTE IX – CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL

1. O crime de apropriação indébita previdenciária.....	1411
2. Do crime de sonegação previdenciária	1412

PARTE X – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Regras constitucionais e gerais.....	1415
2. Contribuições.	1416
3. Aposentadorias.....	1417
3.1. Aposentadorias – regras gerais.....	1417
3.1.1. Aposentadoria compulsória.....	1417
3.1.2. Aposentadoria por incapacidade permanente	1417
3.1.3. Aposentadorias especiais.....	1418
3.1.4. Aposentadorias voluntárias.....	1418
3.2. Aposentadorias do servidor público federal	1419
3.2.1. Aposentadoria por incapacidade permanente	1419
3.2.2. Aposentadoria compulsória.....	1419
3.2.3. Aposentadoria voluntária.....	1420
3.2.4. Aposentadorias especiais.....	1420
3.2.4.1. Aposentadoria do servidor público federal com deficiência.....	1420
3.2.4.2. Aposentadoria dos policiais federais.....	1421
3.2.4.3. Servidores com efetiva exposição a agentes prejudiciais à saúde.....	1422
3.3. Regras de transição para aposentadorias dos servidores públicos federais.....	1423
3.3.1. 1ª Regra de transição – sistema de pontuação e idade mínima.....	1423
3.3.2. 2ª Regra de transição – pedágio de 100%.....	1426
3.3.3. 3ª Regra de transição – aposentadoria especial.....	1427
4. Pensão por morte.....	1427
4.1. Regras gerais.....	1427
4.2. Pensão por morte do servidor público federal	1428
5. Previdência complementar no âmbito federal	1429
5.1. As Entidades Fechadas de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais	1429
5.2. Integrantes do regime de previdência complementar dos servidores públicos federais	1430
5.3. Natureza jurídica e estrutura das entidades de previdência complementar.....	1430
5.4. Da Abrangência do Plano de Previdência Complementar	1431
5.5. Dos Planos de Benefícios do Regime de Previdência Complementar dos Servidores Federais	1432
5.6. Do Controle E Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.....	1433

PARTE XI – SÚMULAS APLICÁVEIS À MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF), SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ), TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST), TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA (TNU)

1.	Segurados da previdência social	1435
1.1.	Empregados.....	1435
1.2.	Segurados especiais.....	1435
1.3.	Segurados contribuintes individuais	1436
2.	Dependentes do regime geral de previdência social	1436
3.	Os benefícios previdenciários.....	1437
3.1.	Auxílio por incapacidade temporária.....	1437
3.2.	Auxílio-acidente	1438
3.3.	Aposentadoria por incapacidade permanente.....	1438
3.4.	Aposentadoria por idade	1439
3.5.	Aposentadoria por tempo de contribuição	1439
3.6.	Aposentadoria especial	1440
3.7.	Salário-maternidade.....	1441
3.8.	Pensão por morte	1441
3.9.	Outras súmulas acerca de benefícios	1441
4.	Do financiamento da seguridade social	1442
4.1.	Das contribuições sociais.....	1442
4.2.	Do salário de contribuição	1443
4.3.	Da contribuição das empresas.....	1443
4.4.	Da decadência e prescrição das contribuições da seguridade social.....	1445
5.	Seguro-desemprego.....	1445

DIREITO EMPRESARIAL

Plínio Moura

EDITAL SISTEMATIZADO.....	1449
---------------------------	------

CAPÍTULO 1 – DIREITO EMPRESARIAL E A TEORIA DA EMPRESA.

1.1.	Direito Empresarial: evolução histórica, autonomia, fontes e características.	1451
1.2.	Teoria da Empresa: conceito, perfis e natureza jurídica da “empresa”.....	1455
1.3.	Empresário: conceito, caracterização, inscrição e capacidade.	1455
1.3.1.	Caracterização: Exercício da Empresa, Capacidade e Impedimentos.....	1455
1.3.2.	Registro e Inscrição.	1457
1.4.	Institutos Complementares: Estabelecimento Empresarial, Nome Empresarial, Escrituração e Prepostos.	1458
1.4.1.	Estabelecimento Empresarial:.....	1458
1.4.3.	Escrituração e Registro.....	1461
1.4.4.	Prepostos.	1465

CAPÍTULO 2 – DIREITO SOCIETÁRIO.

2.1. Sociedade: normas gerais.	1467
2.2. Sociedades não personificadas.	1469
2.2.1. Sociedade em Comum:.....	1469
2.2.2. Sociedade em Conta de Participação:.....	1470
2.3. Sociedades personificadas: espécies.	1470
2.3.1. Sociedade Simples.	1471
2.3.2. Sociedade em Nome Coletivo.....	1472
2.3.3. Sociedade em Comandita Simples.....	1473
2.3.4. Sociedade limitada.	1474
2.3.5. Sociedade cooperativa. Cooperativa de prestação de serviços. Cooperativa Social.	1476
2.3.6. Sociedade em Comandita por Ações.	1479
2.3.7. Sociedade anônima.	1480

CAPÍTULO 3 – DIREITO FALIMENTAR**CAPÍTULO 4 – CONTRATOS MERCANTIS.****CAPÍTULO 5 – DIREITO CAMBIAL**

5.1. Conceito, Princípios e Natureza Jurídica.....	1495
5.2. Espécies - letra de câmbio, duplicata, cheque, warrant.....	1495
5.2.1. Letra de Câmbio (Decreto n. 57.633/66 – Lei Uniforme – LU).....	1497
5.2.3. Duplicada (Lei n. 5.474/68).....	1500
5.2.4. <i>Warrant</i>	1501
5.3. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais:	1502

CAPÍTULO 6 – PROPRIEDADE INTELECTUAL E PROPRIEDADE INDUSTRIAL.

6.1. Propriedade Intelectual. Noções Gerais. Regime Jurídico.	1503
6.2. Propriedade Industrial. Invenção. Desenho Industrial. Modelo de Utilidade. Marca. Patente.....	1504
6.2.1. Invenções.....	1505
6.2.2. Modelos de Utilidade.	1505
6.2.3. Desenhos Industriais.	1505
6.2.4. Marcas.....	1505
6.3. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais	1506

CAPÍTULO 7 – DIREITO DO CONSUMIDOR.

7.1. Princípios de regência e direitos básicos. Interpretação. Ônus da Prova.....	1508
7.2. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos.....	1510
7.3. Desconsideração da personalidade jurídica.	1511
7.4. Práticas Comerciais.	1512
7.5. Proteção contratual.	1513

7.6. A defesa do consumidor em juízo e os Interesses ou Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos.....	1514
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------

CAPÍTULO 8 – PROFISSIONAIS DA AVIAÇÃO CIVIL.

Referências Bibliográficas.....	1522
---------------------------------	------

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS HUMANOS SOCIAIS

Paulo Henrique Gonçalves Portela

Direitos humanos: conceito, fundamentos filosóficos e evolução histórica; abrangência do conceito. Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Gerações ou dimensões de direitos humanos. Fontes dos Direitos Humanos. Incorporação dos Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos.....	1526
Características dos Direitos Humanos. Princípios da progressividade e da proibição do retrocesso social. O diálogo entre a concepção universalista e a relativista dos Direitos Humanos; o multiculturalismo:.....	1529
Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	1531
Dimensões dos Direitos Humanos.....	1534
Positivização dos Direitos Humanos.....	1535
Direitos Humanos, Direitos Fundamentais e a relação de trabalho. Os Direitos Humanos Sociais.....	1536
Os tratados internacionais sobre Direitos Humanos e Constituição da República. Tratado da ONU e da OEA.....	1537
Interpretação e aplicação dos tratados internacionais sobre Direitos Humanos.....	1546
Normas internacionais de proteção da criança e do adolescente contra a exploração econômica. Convenção sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas. Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, da ONU. Convenção 138. e Recomendação 146, de 1973, sobre a idade mínima para a admissão no emprego, da Organização Internacional do Trabalho. Convenção 182. e Recomendação 190, sobre as piores formas de trabalho infantil, da Organização Internacional do Trabalho.....	1548
Princípios de Bangalore sobre a conduta judicial.....	1555
Convenção Interamericana de Direitos Humanos. Pacto de São José da Costa Rica.....	1556
O controle jurisdicional da convencionalidade.....	1562

SOCIOLOGIA DO DIREITO

João Paulo Lordelo

1. Introdução à sociologia da administração judiciária.....	1565
1.1. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia).....	1565
1.2. Gestão. Gestão de pessoas.....	1565
2. Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito. Transformações sociais e Direito.....	1566
2.1. Relações sociais e relações jurídicas.....	1566
2.2. Controle social e o Direito.....	1569
2.3. Transformações sociais e Direito.....	1570

3.	Direito, Comunicação Social e opinião pública.....	1570
3.1.	Opinião pública e Direito	1570
3.2.	Direito e comunicação social.....	1573
4.	Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não-judiciais de composição de litígios	1574
4.1.	Jurisdição	1574
4.2.	Sistemas não judiciais se solução de conflitos	1575

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

João Paulo Lordelo

1.	Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia	1583
1.1.	Relacionamento interpessoal	1584
1.2.	Relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia	1585
2.	Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual.	1587
2.1.	Assédio moral.....	1587
2.2.	Assédio sexual.....	1588
3.	Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos.....	1590
3.1.	Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos	1590
3.2.	Procedimentos, técnicas, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução alternativa dos conflitos. Rapport.....	1591
4.	O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas	1594
4.1.	O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial	1594
4.2.	O comportamento de partes e testemunhas	1596

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

João Paulo Lordelo

1.	Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções.....	1601
1.1.	Regime jurídico da magistratura nacional	1601
1.2.	Ingresso	1601
1.3.	Promoções.....	1603
1.4.	Remoções	1607
2.	Direitos e deveres funcionais da magistratura	1608
3.	Código de Ética da Magistratura Nacional.....	1611
4.	Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça	1612
4.1.	Corregedorias.....	1612
4.2.	Ouvidorias	1613
4.3.	Conselhos Superiores.....	1614

4.4.	Conselho Nacional de Justiça.....	1618
5.	Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados.....	1622
6.	Administração judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão.....	1625

FILOSOFIA DO DIREITO

João Paulo Lordelo

1.	O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito.....	1629
1.1.	Sentido lato de Justiça, como valor universal.....	1629
1.2.	Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político.....	1633
1.3.	Divergências sobre o conteúdo do conceito.....	1633
2.	O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral.....	1634
2.1.	O conceito de Direito.....	1634
2.2.	Jusnaturalismo e juspositivismo.....	1635
2.3.	Jurisprudência dos conceitos, dos interesses e dos valores.....	1637
2.4.	Realismo jurídico.....	1641
2.5.	Equidade.....	1642
2.3.	Direito e Moral.....	1643
3.	A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável.....	1645
3.1.	Introdução.....	1645
3.2.	A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo e o método de interpretação pela lógica do razoável.....	1646

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

Claiz Gunça

João Paulo Lordelo

1.	Direito objetivo e direito subjetivo.....	1651
2.	Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais de Direito. Jurisprudência. Súmula vinculante.....	1651
2.1.	Fontes do Direito objetivo.....	1651
2.2.	Princípios gerais de Direito.....	1652
2.3.	Jurisprudência.....	1652
2.4.	Súmula vinculante.....	1653
3.	Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho.....	1654
3.1.	Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro.....	1654
3.1.	Direito Penal.....	1656
3.2.	Direito Civil.....	1657
3.3.	Direito Constitucional.....	1658
3.4.	Direito do Trabalho.....	1659
4.	O conceito de Política. Política e Direito.....	1661

5.	Ideologias.....	1662
6.	A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU).....	1663
7.	Agenda 2030 da ONU e os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável	1664

DIREITO DIGITAL

João Paulo Lordelo

Leandro Fernandez

1.	4ª Revolução industrial. Transformação Digital no Poder Judiciário. Tecnologia no contexto jurídico. Automação do processo. Inteligência Artificial e Direito. Audiências virtuais. Cortes remotas. Ciência de dados e Jurimetria. Resoluções do CNJ sobre inovações tecnológicas no Judiciário.	1669
2.	Persecução Penal e novas tecnologias. Crimes virtuais e cibersegurança. Deepweb e Darkweb. Provas digitais. Criptomoedas e Lavagem de dinheiro.	1672
2.1.	Persecução Penal e novas tecnologias	1672
2.2.	Crimes virtuais e cibersegurança. Deepweb e Darkweb	1674
2.3.	Provas digitais	1676
2.3.1.	Conceitos fundamentais	1676
2.3.2.	O Marco Civil da Internet	1677
2.3.3.	Metodologia básica de produção de provas digitais	1680
2.4.	Criptomoedas e Lavagem de dinheiro.....	1681
3.	Noções gerais de contratos Inteligentes, Blockchain e Algoritmos.....	1686
4.	LGPD e proteção de dados pessoais.	1688

PRAGMATISMO, ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ECONOMIA COMPORTAMENTAL

João Paulo Lordelo

1.	Função judicial e pragmatismo. Antifundacionalismo. Contextualismo. Consequencialismo. Racionalismo e Empirismo. Dialética. Utilitarismo	1697
1.1.	Pragmatismo	1697
1.2.	Antifundacionismo. Contextualismo. Consequencialismo.....	1698
1.3.	Racionalismo e Empirismo	1699
1.4.	Dialética	1699
1.5.	Utilitarismo.....	1699
2.	Análise econômica do direito. Conceitos fundamentais. Racionalidade econômica. Eficiência processual. Métodos adequados de resolução de conflitos e acesso à Justiça. Demandas frívolas e de valor esperado negativo. Precedentes, estabilidade da jurisprudência e segurança jurídica. Coisa Julgada.	1700
2.1.	Conceitos fundamentais	1700
2.2.	Racionalidade econômica	1701
2.3.	Eficiência processual	1702
2.4.	Métodos adequados de resolução de conflitos e acesso à Justiça	1702
2.5.	Demandas frívolas e de valor esperado negativo	1703

2.6.	Precedentes, estabilidade da jurisprudência e segurança jurídica	1704
2.7.	Coisa Julgada.....	1704
3.	Economia comportamental. Heurística e vieses cognitivos. A percepção de Justiça. Processo cognitivo de tomada de decisão.....	1705
3.2.	Heurística e vieses cognitivos.....	1705
3.3.	A percepção de Justiça e o processo cognitivo de tomada de decisão.....	1707
4.	Governança corporativa e Compliance no Brasil. Mecanismos de Combate às organizações criminosas e Lavagem de Dinheiro. <i>Whistleblower</i>	1708
4.1.	Governança corporativa e <i>compliance</i> no Brasil.....	1708
4.2.	Mecanismos de combate às organizações criminosas e lavagem de dinheiro...	1710
4.3.	<i>Whistleblower</i>	1711

DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO

Claiz Gunça

1.	Conceitos Fundamentais do Direito da Antidiscriminação	1715
2.	Modalidades de Discriminação.....	1717
3.	Legislação antidiscriminação nacional e internacional.....	1719
4.	Conceitos Fundamentais do Racismo, Sexismo, Intolerância Religiosa, LGBTQIA+fobia.	1720
4.1.	Racismo	1720
4.2.	Sexismo	1723
4.3.	intolerância religiosa	1726
4.4.	LGBTQIAPN+fobia.....	1727
5.	Ações afirmativas	1730
6.	Direitos dos Povos indígenas e das comunidades tradicionais. Proteção legal no Direito Pátrio e Internacional	1731
7.	Direitos do Trabalhador Imigrante. Proteção legal no Direito Pátrio e Internacional	1732